



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

ATA NÚMERO DOIS

ATA DA 1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZASSEIS.-----

----- Aos vinte e cinco dias do mês abril do ano de dois mil e dezasseis, pelas dez horas, na Praça Doutor José Vieira de Carvalho e no Salão Dom Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal da Maia, na sua 1.ª Sessão Extraordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de cinco de abril de dois mil e dezasseis, com a seguinte -----

ORDEM DE TRABALHOS:-----

1. HASTEAR DAS BANDEIRAS NACIONAL E DO MUNICÍPIO;-----

A cerimónia foi iniciada com o hastear das Bandeiras Nacional e do Município pelo Senhor Presidente da Assembleia, Luciano da Silva Gomes e pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Gonçalves Bragança Fernandes, respetivamente, ao som do toque do Grupo de Clarins das Fanfarras das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços e de Moreira. Seguidamente, o Grupo Coral Infantil “Os Pequenos Cantores da Maia” e o Coro Infantil dos Fontineiros da Maia, protagonizaram um apontamento musical. Deu-se no Salão Dom Manuel I, no edifício dos Paços do Concelho, início à Sessão Solene Evocativa do 25 de Abril de 1974. -----

2. EVOCACÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1974.-----

O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, LUCIANO DA SILVA GOMES, na ausência da 1.ª Secretária da Mesa, perguntou quem gostaria de fazer parte da Mesa, tendo-se oferecido a Senhora Deputada Susana Filipa Coelho Rafael, que assumiu as funções de 2.ª Secretária. Ainda deu nota dos seguintes pedidos de substituição: o Senhor Deputado Hélder da Costa Pereira Ribeiro pediu a substituição para esta Sessão, tendo sido substituída pela Senhora Clara Lemos; o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia

de Moreira, Joaquim António Farinha Bastos, pediu a substituição para esta Sessão, tendo sido substituído pelo Senhor Amadeu Alves Azevedo, Secretário do Executivo; o Senhor Deputado e Presidente da Junta de Freguesia de Águas Santas, Carlos Joaquim de Ascensão Vieira, pediu a substituição para esta sessão, tendo sido substituído pelo Senhor Manuel António Ferreira, Secretário do Executivo. Os documentos comprovativos destas substituições fazem parte integrante da ata como documentos **um a três**. Verificadas as presenças, constatou-se a presença de todos os Deputados convocados, exceto António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, Emília de Fátima Moreira dos Santos, João Veloso da Silva Torres e Susana Filipa Pinheiro.-----

2. EVOCACÃO DO DIA 25 DE ABRIL DE 1974. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA, SENHOR LUCIANO DA SILVA GOMES, saudou todos os presentes e informou que na Sessão Solene iriam usar da palavra, em primeiro lugar, cada um dos representantes das forças políticas representadas na Assembleia Municipal, por ordem inversa de representatividade, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e que seria finalizada com a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. A Sessão seria encerrada com o Hino Nacional – "A Portuguesa", ato ao qual todos se associariam.-----

----- Usaram da palavra os Senhores: -----

ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA, depois de fazer uma saudação a todos os presentes, proferiu o discurso, documento identificativo com o **número quatro**.-----

JOAQUIM SILVA AZEVEDO SOUSA, Deputado Independente por Vila Nova da Telha, depois da sua saudação aos presentes proferiu o discurso, documento identificativo com o **número cinco**.-----

CLARA LEMOS, saudou todos os presentes, proferindo de seguida o discurso, documento identificativo com o **número seis**.-----

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA, pelo **Bloco de Esquerda**, saudou todos os presentes e de seguida proferiu o discurso, documento identificativo com o **número sete**.-----

CRISTIANO FERNANDES DE CASTRO, pela **Coligação Democrática Unitária**, saudou todos os presentes, proferindo o discurso, documento identificativo com o **número oito**.-----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA, pelo **Partido Socialista**, saudou todos os presentes, proferindo o discurso, documento identificativo com o **número nove**.-----

MARIA MADALENA MOUTINHO NOGUEIRA DOS SANTOS, pela Coligação “Sempre pela Maia” depois de fazer uma saudação a todos os presentes, proferiu o discurso, documento identificativo com o **número dez**.-----

LUCIANO DA SILVA GOMES, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA, depois de fazer uma saudação a todos os presentes, proferiu o discurso, documento identificativo com o **número onze**.-----

----- Terminadas as intervenções a Sessão foi encerrada com o Hino Nacional - A Portuguesa, ato a que todos os presentes se associaram. -----

----- E sendo doze horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de Abril do ano em curso, foi dada por encerrada a Sessão Solene, de que, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes, pela 1.ª Secretária, Márcia Isabel Duarte Passos Resende e pela 2.ª Secretária, Susana Filipa Coelho Rafael. -----

O Presidente: _____

A 1.ª Secretária: _____

A 2.ª Secretária: _____

Sandra Martins

De: Ribeiro, Hélder [ribeirohelder@sapo.pt]
Enviado: quarta-feira, 30 de Março de 2016 21:16
Para: assembleia@cm-maia.pt
Cc: clara.clemos@gmail.com
Assunto: Pedido de substituição - Sessão Assembleia Municipal Comemorativa Aniversário 25 Abril

Importância: Alta

Exmo. Senhor Luciano da Silva Gomes,
Distinto Presidente da Assembleia Municipal da Maia,
No próximo dia 25 de Abril e na semana que imediatamente o antecede, em que terão lugar as comemorações do aniversário da Revolução dos Cravos levadas a cabo, como já é tradição, pela Assembleia Municipal da Maia, estarei ausente e portanto impossibilitado de participar na Sessão da Assembleia e demais iniciativas agendadas para o efeito. Agradeço, portanto, que V.^a Excia se digne convocar, em minha substituição, a pessoa seguinte na lista do PAN – Pessoas - Animais - Natureza e considere justificada a minha ausência.
Com os meus melhores cumprimentos.
Hélder Ribeiro

Convocar o representante
s/h/16

Clara Clemos

Sandra Martins

De: Farinha Bastos [presidente@jfvmm.pt]
Enviado: sexta-feira, 8 de Abril de 2016 18:14
Para: assembleia@cm-maia.pt
Cc: amadeuazevedo.secretario@jfvmm.pt
Assunto: Assembleia Municipal - 1 e 2ª Sessão

Meu Caro Amigo Presidente

Recebi hoje a convocatória para a 1ª e 2ª sessão da Assembleia Municipal a realizar respectivamente em 25 e 26 de Abril, mas por estar ausente do país nesses dias agradeço que considerem em minha substituição o Sr. Secretário da JFVMM – Amadeu Alves Azevedo

Respeitosos cumprimentos do Presidente,
Farinha Bastos

Junta de Freguesia da Vila de Moreira - Maia

Rua do Divino Salvador de Moreira nº 160.
Vila de Moreira - Maia
4470-105 MOREIRA - MAIA
Tel.: 229 478 400 Fax: 229 478 409

E-MAIL - presidente@jfvmm.pt

CONFIDENCIAL A utilização indevida do conteúdo da presente comunicação, sem autorização do signatário poderá ter procedimento criminal. Caso não seja o destinatário que se pretende, gratos ficaremos se nos contactarem de imediato.



Handwritten signature and date: 12/4/16

Amadeu Azevedo

Sandra Martins

De: carlosavieira@iol.pt
Enviado: quarta-feira, 20 de Abril de 2016 10:30
Para: assembleia@cm-maia.pt
Assunto: Substituição na assembleia do próximo dia 25 de abril.

Exmº.Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia

Venho pelo presente informar V.Exª., que por estar ausente do Concelho, na Assembleia do próximo dia 25 de Abril, solicito a minha substituição pelo Sr. Secretario desta Junta de Freguesia

Manuel António Ferreira.

Cumprimentos

Carlos Vieira



Handwritten signature of Manuel Guedes, dated 20/4/16.

Manuel Guedes

Assembleia Municipal da Maia, 25 abril 2016**Evocação do 25 de Abril – Dia da Liberdade**

Começo por dar os Parabéns a estes Grupos de Jovens que hoje se juntaram a nós, abrilhantando esta Sessão Solene de Evocação do 25 de Abril com as suas canções. Ao Coral Infantil Municipal dos Pequenos Cantores da Maia e ao Coro Infantil dos Fontineiros da Maia o meu muito obrigado pela vossa participação bem como a todos os pais e encarregados de educação que os acompanharam.

(...) cumprimentos (...)

É com grande honra que a Câmara Municipal da Maia se associa a esta Comemoração, e felicita a sua Assembleia Municipal, na pessoa do seu Presidente, Sr. Luciano da Silva Gomes, nesta cerimónia de grande significado, em que se celebra mais um aniversário do 25 de abril.

É da mais elementar justiça felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Maia, não só pelo trabalho intenso em prol da defesa dos direitos e interesses dos cidadãos, mas também, pelo seu empenho e pela dedicação a favor da causa pública, que a todos diz respeito.

Aos restantes membros da Mesa da Assembleia Municipal e bem assim a todas as Senhoras e Senhores Deputados Municipais, eu endereço, igualmente, as minhas sinceras felicitações, enquanto representantes do Poder Local e fiscalizadores democráticos desse mesmo Poder.

Exmo. Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A Assembleia Municipal da Maia, como Fórum Político de excelência da democracia representativa da Maia e dos Maiatos, é o local certo para se fazerem todas as reflexões políticas e estratégicas de avaliação do passado e preparação do futuro da nossa Maia.

A possibilidade de escolha, aliada à liberdade de reunião, à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, ao acesso à justiça, ao sistema nacional de saúde, à educação e ao poder local autárquico são direitos que caracterizam uma sociedade Portuguesa que evoluiu e sem os quais agora não nos imaginamos a viver.

Hoje celebramos 42 anos de vida democrática.

A liberdade e o 25 de Abril não são causas de um partido político ou de uma área política são, sim, as causas de um Povo.

Felizmente, hoje, vivemos num País com mais liberdade que no passado recente em que estivemos sob alçada da troika, e vivemos, também, com a a liberdade que não havia antes de 25 de abril de 1974.

A privação de liberdade pode concretizar-se de muitas formas. Não é só a repressão e a brutalidade que são características da falta de liberdade.

A irresponsabilidade da ação governativa, nos mais diversos níveis, leva inevitavelmente, à perda de liberdade.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O período difícil que vivemos no passado recente é um período que não devemos esquecer.

Os erros cometidos não podem ser repetidos.

O futuro das gerações que nos sucederão não pode ficar hipotecado pela irresponsabilidade de quem exerce funções políticas.

Na Maia, felizmente temos uma Câmara Municipal que soube perceber a mudança de paradigma da gestão autárquica, soube ver, e soube agir.

Em devido tempo soubemos criar as condições de atratividade ímpares que nos caracterizam.

Mesmo no momento mais difícil da situação económico-financeira do País que provocou um garrote legislativo sem precedentes na nossa história democrática e que alterou completamente a forma de gerir uma autarquia foram mais as empresas que se instalaram no Concelho do que as que encerraram na Maia, e o número de habitantes da Maia continuou paulatinamente a crescer.

E isto aconteceu porque a Maia soube construir equipamentos, no tempo certo, soube modernizar-se e soube criar condições para a criação de emprego e de riqueza no Concelho.

Sempre referi que a minha política centrar-se-ia nas pessoas e não no betão. Desde então que verificamos ter sido seguida essa filosofia.

A forte aposta que fizemos na Educação, é reconhecida por todos os agentes educativos, revestindo-se como **um dos principais pilares** da nossa ação como forma de **promover a igualdade de oportunidades** através de condições de excelência no processo ensino/aprendizagem aos Professores e alunos da Maia.

Para mim a aposta na Educação nunca foi encarada como um custo mas sim como um investimento no futuro. Um investimento no futuro dos jovens Maiatos, e assim continuará a ser.

Como sabem, o segundo pilar estratégico em que assenta a nossa ação municipal é na Proteção Social dos mais desprotegidos.

A aposta na Ação Social e na capacidade de resposta à emergência social, sempre em rede e em parceria com as IPSS's e as demais Entidades Solidárias é vital, para que o Concelho seja mais justo e solidário.

O apoio à terceira idade, aos portadores de deficiência, e às crianças é uma imagem de marca da Maia.

Considero que uma sociedade só é justa se soubermos cuidar daqueles que tudo deram de si para que hoje tenhamos o que temos, e se soubermos, também, proporcionar condições ao crescimento saudável das crianças e qualidade de vida a quem é diferente.

Nesta área da ação social, neste mandato já foram inauguradas, e estão em funcionamento, vários equipamentos sociais com o apoio da Câmara Municipal, seja com a cedência de terrenos em direito de superfície, seja com a atribuição de subsídios que complementaram parte do financiamento de Programas de Financiamento nacionais ou comunitários.

As Instituições sem fins lucrativos, de Solidariedade Social, as coletividades culturais e desportivas e as organizações formais como os Vicentinos são parceiros fundamentais para o equilíbrio social do Concelho **por isso é que mantemos o apoio e os incentivos às respetivas atividades e projetos.**

O terceiro pilar, em que está assente a estratégia de desenvolvimento do Município, é a promoção de condições favoráveis à instalação de empresas como forma de aumentar o emprego.

Sem demagogias e sem parangonas nos jornais a vender ilusões, a Câmara Municipal tem sabido, de forma discreta mas eficaz, potenciar as mais-valias do seu território e atrair investimento.

Neste mandato requalificamos a Zona Industrial Maia I, uma das maiores do Noroeste da Península Ibérica fruto do planeamento estratégico que o Município concretizou para potenciar a rápida circulação de pessoas e bens.

Além da requalificação de infraestruturas também resolvemos o problema do TECMAIA.

De uma dificuldade nasceu uma oportunidade.

Sempre sem a ajuda de ninguém. O Estado ao longo destes 15 anos nunca deu 1 cêntimo, mas nós sempre acreditamos que era estratégico para a Maia ter um parque de Ciência e Tecnologia que alavancasse investimento de qualidade no Concelho.

Hoje, são mais de 60 empresas e mais de 1500 trabalhadores altamente qualificados que lá estão a trabalhar.

O Parque, hoje, é do Município com todas as suas infraestruturas e a procura continua a ser impressionante.

Investimos também na vertente facilitadora que o Município tem que desempenhar e, dessa forma, através do Gabinete de Apoio ao Investimento auxiliamos os investidores e facilitamos o relacionamento destes com entidades como o IEFP e o Ministério da Economia, tendo conseguido já no presente mandato que várias multinacionais se instalassem na Maia.

Hoje é maior o número de trabalhadores nas empresas da Maia que a população ativa do Concelho.

Hoje são mais as pessoas que vêm trabalhar para a Maia do que as que saem da Maia para trabalhar noutros locais.

Hoje o volume de negócios das empresas da Maia representam 4% do PIB nacional.

Hoje a taxa de desemprego da Maia é das mais baixas da Área Metropolitana.

Na área da justiça, brevemente teremos o problema das instalações do Tribunal resolvido. Sei que as obras estão praticamente concluídas e, pelas informações que tenho, o novo ano judiciário já arrancará no novo edifício.

Mas Senhor Presidente reconheço que nem tudo correu bem. Os pórticos da A41 são o maior exemplo disso.

Não me cansarei de continuar a luta contra os pórticos colocados na A41.

Lutei contra o governo PS que os criou, lutei contra o Governo PSD/CDS que não os corrigiu e luto contra este Governo que ainda não aproveitou a oportunidade histórica que tem em mãos de corrigir uma injustiça para com a Maia, que é o único Concelho do País que tem portagens dentro da malha urbana da cidade.

Aguardo ser recebido pelo Primeiro-ministro, conjuntamente com as Câmaras da Trofa e de Famalicão, por causa da variante à EN 14.

Aguardo ser recebido também pelo Ministro do Ambiente conjuntamente com a Câmara da Trofa por causa do prolongamento da linha de metro do ISMAI até à freguesia de Muro.

Em ambos os casos foram assinados protocolos com o Estado e com TODAS as entidades responsáveis. Mas, no caso do Metro, há verbas disponíveis.

A CCDRN tem cerca de 30 Milhões de Euros de Fundos Comunitários disponíveis para esta linha de Metro,

A Maia e a Trofa abdicam de parte dos fundos comunitários a que têm direito via PEDU para a mobilidade,

A Metro do Porto tem no seu orçamento a rubrica inscrita com o respetivo valor de 37 Milhões de Euros e o Estado só tem que autorizar a abertura do Concurso Público.

Aguardo que a atual conjuntura politica seja coerente com aquilo que sempre defenderam nos jornais e, brevemente, estejam ao lado das populações da Maia, da Trofa e de Famalicão.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No dia em que celebramos a liberdade, **a Maia não se resigna, temos assumido estes combates porque acreditamos que temos razão. É uma questão de justiça!**

Termino, Senhor Presidente, deixando uma mensagem clara.

O futuro prepara-se hoje.

O futuro prepara-se todos os dias para que os nossos filhos vivam melhor do que nós, em verdadeira liberdade, para fazerem as suas escolhas sem o peso do passado.

Por isso, hoje, temos a consciência de tudo estar a fazer nesse sentido e, mais que tudo, **temos a consciência e a responsabilidade de, com total verdade, assumir que é vital para a Maia prosseguir neste rumo.**

O Rumo da credibilidade, da sustentabilidade e da Verdade que tem nas Pessoas e na Qualidade de Vida dos Maiatos o cerne da sua ação.

Podemos dizer que, na Maia, cumprimos Abril.

Enquanto os Maiatos quiserem assim continuará a ser: com a maior **dedicação**, com pleno **sentido do dever profissional**, com o mesmo **humanismo** e com a mesma preocupação pela fidelidade à palavra dada e aos compromissos assumidos.

Pela Liberdade dos Maiatos,
Pelo Futuro das novas gerações!
Viva a Maia!
Viva Portugal!

Muito Obrigado.

António Gonçalves Bragança Fernandes

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Luciano Gomes

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal Eng.º Bragança Fernandes

Ex.mos Senhores Deputados,

Ex.mas Secretarias da Mesa da Assembleia

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mas Autoridades aqui presentes

Ex.mo Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Neste quadragésimo segundo aniversário do 25 de Abril de 1974, não podia deixar de começar este meu discurso por agradecer ao pequeno grupo de militares, que imbuídos de uma vontade de mudança, libertaram o nosso País de um regime tirano e ditatorial, para os quais peço uma salva de palmas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, gostaria pois, de aproveitar estas comemorações para fugir um pouco ao protocolo, e não esquecendo o obscurantismo do regime, a guerra e as prisões políticas, que alguns dos presentes muito bem se lembram, e dizer aos mais novos de espírito e de idade, que tem e devem de aproveitar esta fantástica oportunidade, criada a 25 de Abril de 1974.

Todos nós, grandes e pequenos, devemos querer, o melhor que esta oportunidade nos trouxe, a democracia, o crescimento económico e social, o direito à livre expressão e ao desenvolvimento cultural.

Todas as palavras atrás, soam magníficas no papel, mas neste momento pretendo trazer-vos aqui uma mensagem de esperança e crença num futuro melhor, alicerçada na mudança de rumo do nosso País.

Espero que com esta mudança seja interrompido a trajectória de desastre e empobrecimento seguida por uma austeridade cega e delimitadora do crescimento económico e social, que desejamos para o nosso País, como para o nosso concelho e para a nossa freguesia.

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Luciano Gomes

Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal Eng.º Bragança Fernandes

Ex.mos Senhores Deputados,

Ex.mas Secretarias da Mesa da Assembleia

Ex.mos Senhores Vereadores

Ex.mas Autoridades aqui presentes

Ex.mo Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Poderia dizer com toda a certeza que não espero, mas que quero que esta mudança seja feita e que sejam encontradas formas efectivas de combate:

À falta de emprego.

À destruição das funções sociais do estado.

Às dificuldades na assistência na saúde e na velhice.

À carência das condições no ensino.

À fome que grassa em franjas da nossa sociedade.

A corrupção que alastra em vários sectores de actividade, nomeadamente no financeiro.

Em conclusão, e com todos estes obstáculos, a nossa tarefa parece completamente impossível, mas deixo-vos este pensamento, de Lao Tsé sobre o qual vou verter e orientar também a minha actividade.

“O rio atinge os seus objectivos porque aprendeu a contornar os obstáculos”

Viva o 25 de Abril. Viva Portugal. Viva Vila Nova da Telha, Viva a Maia

(Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha)

Joaquim da Silva Azevedo Sousa



Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Secretários da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Câmara e Srs. Vereadores, colegas Deputados Municipais, caros Trabalhadores do Município, Cidadãos do nosso concelho.

Há 42 anos atrás, as forças militares mobilizaram-se para trazer a liberdade a este país. Mobilizaram-se os militares e, logo, todo o povo se juntou numa simbiose de aspiração de liberdade, liberdade que os portugueses muito tinham desejado alcançar e muito desejavam legar às novas gerações.

Poderia fazer uma retrospectiva do que não foi feito em prol da liberdade, o que, durante todos estes anos, ensombrou e traiu o nosso povo (este povo determinado, que decidiu a mudança com cravos na mão). Porém, a minha palavra é de futuro!

As gerações que conheceram o 25 de Abril, que foram voz ativa nas mudanças que se operaram em defesa da liberdade, saberão bem a importância de um mundo alicerçado na defesa deste direito inalienável do ser humano. As gerações que nasceram em democracia igualmente sabem quão importante é termos voz sem repressão.

E todos devemos saber a importância de um mundo que se abra à liberdade das pessoas... de modo a que estas usem essa sua mesma liberdade na defesa de todos os seres!... E o futuro é esse! É o de construção de um país que já deu mostras de ter consciência de que é sua



responsabilidade defender um país onde não haja lugar à destruição dos outros seres, mas, sim, à valorização e preservação de todo o ecossistema... Este é o caminho da evolução de um mundo civilizado!

Temos responsabilidades sociais face aos outros, e esses outros são as pessoas - os que devem ser cuidadas, as crianças que devem ser protegidas, os excluídos da sociedade que devem ser integrados...

E esses outros são também os seres não humanos, que sentem e sofrem as atrocidades bárbaras de quem não pensa, apenas se limita a herdar práticas instituídas por séculos, esquecendo que a evolução aponta para o caminho da humanização dos nossos atos!

Com que direito o homem retira a dignidade aos animais? Com que direito o homem vive à custa da degradação dos animais?... quando o seu dever é o de proteção!

Já afirmava Gandhi - "A grandeza de um país e seu progresso podem ser medidos pela maneira como trata seus animais" .

É nosso dever extinguir as heranças que nos chegam imbuídas de crueldade, egoísmo e desrespeito pelos outros! É nosso dever legar às gerações futuras um país orgulhoso do seu património, das suas tradições, deixando uma herança que não chegue manchada pela insensibilidade, pela insensatez, pela crueldade, mas antes pelo amor ao próximo, ou seja, pelo amor a todos os seres!



E, nos últimos tempos, a sociedade portuguesa começa a dar sinais dessa mesma consciência coletiva! Urge, pois, caminhar no sentido defendido pelo PAN:

“Defender a natureza, o meio ambiente e os animais não humanos é defender o ser humano e vice-versa”.

Acerca do 25 de Abril de 1974, Sophia de Mello Breyner disse “... e livres habitamos a substância do tempo”!

Volvidos 42 anos, e procurando na mensagem de Sophia o eco da emoção, da vitória, pelo alcance da liberdade perene para este país, direciono as minhas palavras ao futuro, o qual cada vez mais, orgulhosamente, reafirmará os motes da liberdade de Abril ao preconizar (em toda a sua amplitude), através das palavras, mas, principalmente através dos atos dos portugueses, que:

O respeito pela liberdade do homem assenta na defesa de todo o ecossistema em que vive!

Muito obrigada!

Clara Lemos

PAN – Pessoas – Animais - Natureza

Bloco de Esquerda



Exmo. Senhor Presidente
Exmos. Srs. Deputados
Autoridades Presentes
Coletividades Presentes
Digníssimo Público

Comemorar e avivar a memória de Abril é hoje uma obrigação!

Decorreram 42 anos desde que o sonho de uns se transformou na realidade magnífica que hoje vivemos! Magnífica porque quem como eu e muitos de nós viveu o antes e o após da Revolução de Abril, jamais esquecerá a mudança e as transformações radicais que melhoraram a vida da maioria do povo português e transformaram completamente o nosso país!

Com Abril, elaboramos uma Constituição na qual ficaram plasmados os pilares dos ideais de Democracia, dos Direitos Sociais que definiriam como primeiros os objetivos da construção de uma Sociedade mais justa, fraterna e igualitária!

Por isso, também e simultaneamente, comemoramos os 40 anos da Constituição da República Portuguesa!

Fechar os olhos e regressar ao nosso tempo de criança é um exercício que nos fará refletir como vivíamos e como hoje vivemos! Foi fantástica a viagem que em conjunto conseguimos fazer!

Olhemos para o nosso passado: quase todos tínhamos muito pouco e a maioria quase nada! Nada de direitos, liberdade só para alguns, a Guerra Colonial que estropiava e retirava o futuro aos nossos jovens; era o tempo do emprego sem direitos, com salários de miséria, sem férias, sem subsídios de férias ou de Natal.

O tempo do trabalho sem direitos e sem liberdade para poder reivindicar fosse o que fosse. Lembro-me do meus familiares dizerem “nada de política, eles estão sempre à coca, à espreita”; era o medo que nos atazanava, que nos tolhia a vida, que nos cerceava o futuro! O ensino não chegava a todos, nem nada que se parecesse: quantos foram

os da minha geração que mal aprendiam o AEIOU, para logo terem de ir trabalhar, para ajudar as famílias!

Era o tempo de uma elevadíssima mortalidade infantil; a maioria das crianças não tinha direito a sê-lo. Que coexistia com o baixo índice de esperança média de vida da nossa população e com a falta de cuidados de saúde. O tempo de tantos outros atrasos e injustiças que dariam para escrever um compêndio...

A mudança foi fantástica, e em pouco tempo o país e as condições de vida do nosso povo melhoraram significativamente! Mas o percurso não tem sido fácil e os últimos anos têm assumido foros de um verdadeiro ataque a conquistas e direitos que tínhamos como seguros.

A Constituição tem sido um reduto importante da defesa de direitos fundamentais. Perante a arremetida da direita neoliberal e da finança, perante políticas cujo único objetivo era, de facto, voltar atrás no tempo, criando e alimentando situações de crise, provocando o aumento das dívidas nacionais, tornando, ao mesmo tempo, cada país refém dessa mesma dívida, e impondo políticas de austeridade insuportáveis, restritivas dos direitos e, como tal, inaceitáveis para quem tanto lutou para os conquistar.

É por tudo isto que, com vontade redobrada, revivemos Abril e defendemos a Constituição! Porque em 25 de Abril de 1974 viramos uma página decisiva da nossa história e tomamos nas nossas mãos o nosso destino!

É com inquietação e revolta que verificamos que nos pretendem impor um outro caminho, um caminho decidido em Bruxelas ou noutra qualquer, sem o respeito pelos basilares direitos enquanto pessoas que vivem e construíram um país com muitos séculos de história!

Desde a crise de 2008, provocada pela finança e pela banca, que os únicos que têm saído vencedores e com ela lucraram são os mesmos banqueiros que a provocaram (cabendo a nós tapar os buracos por eles abertos no BPN, BPP, BES, BANIF, etc.). Como ainda ontem referia o Jornal de Notícias: “nenhum processo contra a banca foi decidido em 10 anos”!

É assim a regra de jogo da finança: a justiça, querem-na dura para os mais fracos, e muito mole ou inexistente para os poderosos! E esta regra é contra a própria existência das sociedades, porque a finança

sem regras se tornou um cancro que as mina, e não uma parte normal do tecido social.

É que não nos pretendam iludir com falsos culpados, com a treta de que tudo isto da crise é inevitável e de que não há solução porque “vivemos acima das nossas possibilidades”! Não são os portugueses, a trabalhar, no seu dia-a-dia, que engordam os offshores!

Não nos enganam e, a tudo isto, o nosso povo já deu uma resposta, no anterior ato eleitoral!

Eles, os causadores das crises, é que vivem e sempre viveram acima das possibilidades e da decência... Nós não suportamos mais a falta de vergonha dos seus porta-vozes e da sua imprensa, quando apontam o dedo a gente que recebe subsídios de 50, ou 100, ou 200 euros, para que não se fale de desvios e escândalos de milhares de milhões de euros.

Não queremos continuar a ouvir que a Segurança Social não vai responder às necessidades da população, quando é claro que o que se pretende justificar é a entrega deste filão aos privados. Espantosos é que digam que, depois, já dará lucro! Escuro negócio este, claro como a noite!

O ensino pago a preço de ouro, a saúde a mesma coisa; as poupanças para as reformas desviadas para a banca, e, depois, eles tratam de tudo da nossa vida, do nosso futuro! Exemplos não faltam! Exemplos claros só mesmo para quem quer que todos os outros tudo vejam de olhos bem fechados! Não há paciência!

Todos os recursos que produzimos são para pagar, sem pestanejar, desastres da banca e a monstruosa dívida por ela criada, em prejuízo dos salários, das pensões, da saúde, da educação, do emprego, resumindo, da dignidade do nosso povo!

Por isso afirmamos o que urge defender o que conquistamos em Abril, e que está a ser retirado, todos os dias, de forma pensada, planeada, por essa gente, que terá de ser travada e derrotada, por essa gente quase sempre sem rosto, por essa ínfima minoria sem princípios.

O caminho é outro e bem diverso deste! ...

Porque todos vibramos com a conquista da Liberdade, com um povo inteiro a lutar para acabar com a exploração, pela construção de um

País Novo, mais igual e com direitos! E conquistamos muito, mesmo muito!...

Essas conquistas deram à geração dos meus filhos condições e qualidade de vida. E hoje, quando já tenho netos, vejo voltar os tempos da vida sem horizontes, sem futuro e agora nem para nós nem para eles.

Porque lembrar Abril é continuar a dizer, agora e sempre, que esta terra é de todos nós e que queremos continuar a ser donos do nosso destino, aqui na Maia, ou em qualquer local do nosso fantástico país.

VIVA O 25 DE ABRIL!

Maia, 25 de Abril de 2016

Os Deputados do Bloco de Esquerda
Silvestre Pereira e Luisa Oliveira

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA

Sessão Comemorativa do 42.º Aniversário da Revolução de Abril

Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Demais membros da mesa,

Caríssimos Srs. Deputados e

Estimados membros do público:

Foi no dia 25 de Abril de 1974 que o Povo Português se libertou de um dos mais negros períodos da sua História, derrubando o regime fascista e abrindo o rumo do progresso e da democracia. Mas o 25 de Abril de 1974 não foi apenas um momento, um dia. Foi o resultado de décadas de luta, corajosa e perseverante do povo português que, mesmo nas condições mais adversas, mesmo sob o jugo da censura, da perseguição, da tortura e da repressão mais brutais, construiu o caminho da revolução.

Luta exemplar das capacidades e determinação do Povo, que sempre contou com o estímulo e o empenhamento do Partido Comunista Português, Partido que nunca cedeu nem desistiu perante as mais terríveis e pesadas tentativas de silenciamento.

Foi também o resultado da vontade dos homens que, nas Forças Armadas, reflectiam os sentimentos mais legítimos do povo e que assumiram em suas mãos a missão de lhes dar expressão.

Abril é o caminho que a luta abriu e que Portugal trilhou e institucionalizou, com o contributo inestimável de muitos patriotas e democratas a quem hoje dirigimos também uma homenagem.

Foi essa conjugação de factores: luta, libertação e institucionalização de conquistas que produziu os efeitos mais significativos da revolução democrática, plasmados na Constituição da República Portuguesa. Assim, nela se inscreveram irrevogavelmente como pilares da nossa democracia, a própria democracia, a liberdade e a, o direito à livre organização política e partidária, o direito à manifestação; mas também direitos sociais que colocaram Portugal na senda do progresso e do bem-estar; o direito à educação pública, o direito à saúde, o direito à habitação, o direito ao trabalho e os direitos no trabalho, o direito à criação e fruição culturais, o direito ao desporto sem esquecer consagração do Poder Local Democrático e todo o vasto conjunto de direitos que hoje consideramos elementares, pese embora muitos estejam por cumprir e outros sob um fogo cerrado.

Cumpridos 40 anos no passado dia 2 de Abril, sobre a sua aprovação, confirma-se que este foi um dos maiores actos de afirmação de soberania e independência nacionais e que os seus ideais mantem-se jovens e actuais, apesar das sucessivas vagas que, em sete revisões constitucionais, procuraram empobrecê-la, mutilá-la, esvaziar-lhe o seu conteúdo emancipador em todas as esferas da vida.

E, no entanto, apesar dos golpes sofridos, da desfiguração de que foi alvo, a Constituição resistiu e continua a ser a matriz consagradora de um regime de amplas liberdade e direitos - que perdura intacta e é capaz de resistir à erosão do tempo - que faz da Dela um texto avançadíssimo e mais actual do que nunca.

40 anos de Políticas de direita, desferiram profundos golpes nas conquistas de Abril, asfixiando o aparelho produtivo nacional, atacando o direito à saúde, à educação, à cultura, à justiça e ao trabalho digno e com direitos, com a cedência paulatina da soberania nacional a vontades externas, ditadas por interesses económicos e belicistas que reiteradamente desrespeitam os fundamentos da nossa democracia.

Passados 42 anos desse "...dia inicial inteiro e limpo", que possamos hoje ampliar a janela de esperança aberta a 4 de Outubro de 2015 e lutemos renovadamente pela mudança, reafirmando que os Valores de Abril permanecem bem fundo no ideário dos trabalhadores e do povo português e que a Constituição da República continua a consagrar um conjunto de princípios e normas que constituem elementos bastantes para um Portugal de liberdade, democracia, progresso social e económico, desenvolvimento cultural e paz.

Por isso e muito mais aqui afirmamos que Abril valeu a pena.

O Partido Comunista Português honrará a memória daqueles que lutaram contra a longa noite fascista, e honrará os compromissos de lutar hoje e sempre ao lado dos trabalhadores e do povo português por uma sociedade mais justa, mais solidária e por uma democracia avançada que cumpra os ideais de Abril.

Celebrar Abril, é Evocar a Memória e Construir o Futuro.

Viva o 25 de Abril,

Viva a Constituição da Republica Portuguesa,

Viva Portugal!



**Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Câmara Municipal e Senhores Vereadores presentes,
Senhoras e Senhores Deputados,
Individualidades Civis, militares e religiosas presentes,
Senhoras e Senhores:**

Celebramos hoje 42 anos sobre o dia em que os militares, liderados por um grupo de valorosos capitães, decidiram sair à rua e pôr termo a mais de 4 décadas de regime fascista.

O Regime que propagandeava os valores da moral e da família (um modelo de família e um conceito de moral que eram só seus), que prendia, torturava e assassinava opositores, esgotado por uma Guerra Colonial que consumia recursos financeiros e a vida de milhares de jovens numa guerra sem qualquer sentido, o regime marginalizado no seio das Nações que há muito exigiam mudanças na relação com as então chamadas “colónias ultramarinas”, isolado pela política de “orgulhosamente sós” que praticava ... caiu de podre naquela manhã de Abril.

Só assim se explica que tenha sido possível fazer uma Revolução de Cravos inédita em todo o mundo.

Encarregar-se-á a história de ajuizar se ao fazer uma transição de regime com Cravos se fizeram as roturas com o passado necessárias para que se possa falar de um processo revolucionário.

O povo saiu à rua numa alegria incontida, e celebrou a chegada da liberdade em enormes manifestações de júbilo logo no próprio dia 25 de Abril de 1974, e dias depois no primeiro 1º de Maio vivido em liberdade.



Privilegiados aqueles de nós que puderam participar dessas manifestações populares espontâneas e puderam guardar na memória imagens irrepetíveis desses momentos.

Embalados pelo lema da Revolução “DEMOCRATIZAR, DESCOLONIZAR e DESENVOLVER”, o povo acreditou que vinha aí um Portugal mais justo e solidário, sem lugar para excluídos, onde todos pudessem viver com dignidade e igual acesso à educação, à saúde e à justiça.

A Constituição da República aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976 (comemorou há poucos dias os seus 40 anos), a que alguns chamaram “filha da Revolução”, verteu para o nosso texto fundamental, muitas das conquistas da revolução como sejam as garantias de liberdade e de não discriminação, a organização democrática do Estado, os direitos sociais e culturais dos cidadãos, a nova estrutura económica do Estado.

Mais do que fazer aqui e agora uma avaliação ou julgamento aos desvios e excessos que naturalmente ocorreram neste percurso conjunto de 42 anos, importa agora analisar o momento a que chegamos, e pensar que caminho teremos que trilhar para implementar aqueles que foram os ideais de Abril.

Não temos a menor dúvida em afirmar que para o cidadão comum, é evidente e absolutamente claro que OS SONHOS semeados no coração dos portugueses na madrugada de 25 de Abril estão ainda por cumprir.

Em tempos de crise, a democracia tem sido, em Portugal e na Europa, subjugada por uma tecnocracia que serviu até para legitimar Governos europeus não eleitos pelo povo, mas impostos pelos ditames de combate à crise.



A descolonização, nas circunstâncias difíceis do pós 25 de Abril, foi feita. Não temos ainda a distância suficiente para que a história possa fazer o julgamento sério e isento do tempo e da forma como foi realizada, mas foi feita. O que não se previa é que Portugal, a grande potência colonial, pudesse vir a tornar-se num protetorado, com a independência e autodeterminação controladas pelas instâncias financeiras que nos emprestam o dinheiro, que determinam e condicionam as nossas opções políticas e nos impõem uma austeridade de efeitos, no mínimo, questionáveis, e que tarda a produzir os efeitos desejados. Venderam-nos soluções de caminho único, esquecendo ou ignorando que em democracia há sempre alternativa, há sempre outro caminho, como o atual Governo do país tem vindo a demonstrar.

Já quanto ao terceiro desígnio da revolução - desenvolver, é inquestionável que o país se desenvolveu, mas em muitos aspetos esse desenvolvimento foi demasiado assimétrico e não favoreceu a coesão social e regional. Contrariamente ao que nos prometeram em Abril hoje é maior o fosso entre os mais abastados e os mais desfavorecidos da sociedade, e acentuaram-se as assimetrias regionais entre o litoral e o interior.

42 ANOS DEPOIS DE ABRIL

O Serviço Nacional de Saúde terá sido porventura a maior e melhor construção do Portugal democrático. São vários os indicadores que o podem atestar: o aumento de esperança de vida a um ritmo que chegou a ser de 3 meses por cada ano civil que passa, a baixa brutal da taxa de mortalidade infantil, a baixa de mortalidade de algumas doenças neoplásicas, cardio e cérebro-vasculares.



O nosso SNS é das poucas construções do Portugal democrático que nos colocam ao nível dos melhores países do mundo.

Sabemos que os recursos são escassos e limitados, e que os tempos nos exigem que saibamos fazer mais e melhor com os mesmos, ou até menos recursos, mas assistimos nos últimos anos a uma ataque ao SNS com cortes sem qualquer sentido ou lógica de serviço, em consequência de uma leitura puramente economicista do sistema, que levou ao encerramento de valências e serviços, afastando populações desprotegidas do recurso aos cuidados de saúde, afastamento que é criminoso quando estamos a falar do recurso a cuidados de urgência.

Nada temos contra os sub-sistemas de saúde, mas a existência desses sub-sistemas que só protegem alguns não pode constituir argumento para que o SNS deixe de ser um serviço que presta cuidados de uma forma universal, não excluindo ninguém, nomeadamente em razão da sua condição económica.

42 ANOS DEPOIS DE ABRIL

Fizeram-se notáveis progressos em matéria de educação. A enorme redução nas taxas de analfabetismo e abandono escolar, o aumento de alunos que frequentam o ensino superior, mestrados e doutoramentos, confirmam isso mesmo.

Mas temos hoje uma escola esmagada pelo peso de regras e orientações, mergulhada em tarefas administrativas, que retiram aos professores tempo e disponibilidade para as tarefas nas quais deviam estar centrados – o ensino.

Os professores estão esgotados e desmotivados numa escola que vive afastada da comunidade.



As propinas do ensino superior, associadas aos cortes nos apoios sociais feitos em nome da crise, levaram ao abandono do ensino superior por muitos milhares de jovens.

É urgente que o único critério de progressão escolar sejam as competências e capacidades do aluno, e que ninguém seja excluído por falta de suporte financeiro das famílias. É abril que o exige.

42 ANOS DEPOIS DE ABRIL

A justiça afastou-se dos cidadãos com o encerramento de Tribunais, e pior que isso, vivem-se hoje tempos em que se sente que há uma justiça para os poderosos e outra para o comum dos cidadãos.

É totalmente inaceitável que o Estado continue a nomear advogados para fazerem defesa oficiosa de cidadãos com apoio judiciário, e que estes se limitem a sua defesa a um “peço justiça”, que nem defende o cidadão nem prestigia o jurista, enquanto os poderosos que podem pagar às grandes sociedades de advogados se servem de todos os expedientes da Lei, arrastando os processos por vezes até à sua prescrição.

É urgente que todos os cidadãos sejam tratados de igual forma perante a Lei.

É também um desígnio de Abril.

Mas é também urgente restabelecer uma relação de confiança com a Justiça.

A sistemática violação do segredo de justiça em processos mais mediatizados, nalguns casos a cirúrgica divulgação de excertos de processos, alimentando uma justiça na Praça Pública (numa perigosa promiscuidade entre a justiça e os media), sem que alguma vez tenham sido identificados e criminalizados os responsáveis por tais práticas, não são conformes a uma Justiça de Estado Democrático.



Não há pior para a credibilidade da Justiça.

42 ANOS DEPOIS DE ABRIL

Do ponto dos apoios sociais assistimos horrorizados à insensibilidade de quem retirou o RSI a famílias em que esse era o único rendimento que assegurava um mínimo de dignidade, o Subsídio de Desemprego a trabalhadores que o único “crime” que cometeram foi terem estado ligados a empresas que faliram, a Pensão Social a jovens com deficiência ou a idosos com situações que determinam a necessidade do apoio de terceiros.

A reversão de algumas destas medidas que tem vindo a ser feita pelo Governo em exercício não é apenas uma questão de repor rendimento, é sobretudo uma questão de repor respeito e dignidade mínimas.

Não é aceitável que o Estado que esmaga as famílias com uma carga fiscal das mais pesadas da Europa, se mostre insensível ao facto de termos quase um terço da população no limiar da pobreza, muitos a viverem nas ruas sem um tecto que os proteja, e muitos ainda a esperarem envergonhados em enormes filas dispersas pelas vielas das cidades, à espera de uma refeição quente.

Estamos certos que a maioria dos que nos ouvem partilham connosco desta indignação perante esta chaga social que nos envergonha.

Enquanto isto assistimos à exibição pública dos vencimentos de alguns gestores, chocante num Estado que apesar do recente aumento do Salário Mínimo Nacional aprovado pelo Governo em funções, continua a ser um dos mais baixos da Europa. A diferença de montantes é obscena e própria de países terceiro mundistas.



42 anos depois de Abril, apesar de não ignorarmos que se vivem momentos de crise em Portugal, na Europa e no mundo, é tempo de dizer que Portugal é o único Estado-Nação da Europa, que temos 8 séculos de história com as fronteiras inalteradas, que temos um percurso no seio das Nações de que não temos que nos envergonhar.

É tempo de lembrar que não recebemos lições de democracia de ninguém, que este povo tem coluna vertebral e sabe decidir sobre o seu destino, e não necessita de quem de uma forma paternalista se aproveita de momentos de dificuldade para impor desígnios e orientações que podem servir aos interesses de muitos, mas não seguramente os do nosso povo.

É preciso que saibam que podem tirar-nos tudo mas nunca nos tirarão O SONHO num Portugal melhor.

Por estas, e outras razões, precisamos repensar o caminho que queremos para nós e para a Europa onde estamos inseridos, precisamos ter voz ativa e sermos ouvidos, e precisamos reconstruir O PROJETO EUROPEU, que sirva os interesses dos 28 Estados membros, e não apenas de alguns.

É para isso que apontam hoje os ideais do 25 de Abril.

PELO SONHO NUM PORTUGAL MELHOR.

Viva o 25 de Abril.

Viva a Maia.

Viva Portugal.



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Luciano Gomes, e na sua pessoa os restantes membros da Mesa,

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Maia, Eng.º Bragança Fernandes, a partir de quem estendo os cumprimentos aos Senhores Vereadores,

Exmos. Senhores Representantes das Entidades, Instituições e Colectividades que compareceram nesta Sessão,

Exmos. Senhores Deputados desta Assembleia e demais Autarcas presentes,

Estimado Público, Exmos. Convidados e Comunicação Social,

Nesta oportunidade de evocar o 25 de Abril a partir da perspectiva iminentemente pessoal, não fosse o discurso o veículo do pensamento de quem tomou a palavra, atendendo à minha condição e, curiosamente, a uma conversa de amigos havida no dia de ontem, apelo a melhor consideração de V. Exas. para as confissões comuns – de todos os dias, em todo o País – das jovens mulheres, as quais provam o cumprimento do 25 de Abril, o que ainda não foi conseguido e os seus novos desafios por conta do que já foi feito.

Ao longo das décadas, a mulher e o jovem perderam diversas amarras, conquistaram muito daquilo que tradicionalmente se entregava ao homem e aos mais velhos, subestimando de forma reiterada e prejudicial para todos as características femininas que diversificam e aperfeiçoam a liderança e o ritmo de trabalho, e as ideias refrescadas e enérgicas dos jovens. Hoje, as mulheres ocupam cargos exigentes e superiores e alteram conceitos e estratégias comerciais, mudando inclusive paradigmas; quanto à irreverência dos licenciados há poucos anos, essa impinge novidades no espírito de concorrência e, sim, mudam os tempos.

Note-se que este contexto recente, pós-25 de Abril, tem um alcance muito maior, pois decorre de novos cânones societários. Até a legislação portuguesa passou a conceber novas formas de constituição de família, ou seja, o ordenamento da sociedade – pois onde há sociedade há regras, logo, as regras são reflexo da sociedade e da sua ideologia –, dizia, o ordenamento da sociedade directa e indirectamente assume cada vez mais a indiferenciação de géneros, e nesse âmbito a mulher alcança mais direitos e novos patamares de realização

pessoal, os jovens alargam o seu terreno de acção, e outras formas de estar encontram o seu espaço na comunidade.

Obviamente, o caminho trilhado é imperfeito. Há sim muito a aperfeiçoar e há várias camadas desta luta – inspirada no 25 de Abril e na evolução da civilização ocidental – que estão por descobrir, esmiuçar e melhorar.

A Liberdade cumprida nestes mais de 40 anos acarreta novos desafios e novos problemas para a jovem mulher do Século XXI que se lança profissionalmente, é ambiciosa e pretende ser aquilo que lhe é inerente: ser polivalente.

Ontem, a confissão de uma amiga centrou-se na dicotomia entre o empenho na carreira profissional e a constituição de família. Sucede que o mundo adaptou-se à sua presença no mercado de trabalho, nos eventos sociais, nas ruas, nas assembleias e em frente a um microfone, mas o mundo não se moldou perante o facto de a mulher não abdicar e não poder abdicar da sua condição, a de mulher na acepção filosófica e a de mãe.

O bom dizer da minha amiga partiu da ausência de progressão de carreira em muitas ofertas de emprego. Passou pelas dúvidas emocionais – que pesam na forma de raciocinar das mulheres e que de facto trouxeram novas formas de pensar e agir no trabalho e na governação – e, enfim, chegou à grande questão de o mercado de trabalho não estar preparado para as mães.

A inércia no tratamento desta questão é tão flagrante que os próprios agentes da Justiça não a experimentam para seu próprio bem. Como Advogada, invoco o caso da minha profissão: só em 2009 é que as Advogadas passaram a ter direito a adiar uma diligência agendada pelo Tribunal com base na coincidência da data anunciada com os primeiros dois meses de idade do filho. E a lei não prevê mais nenhum cenário de adaptação à maternidade de uma Advogada, que pode não ter como alternativa fazer-se substituir por um Colega, pois a substituição nem sempre garante a eficiência do Patrocínio Jurídico, e o bom trabalho do Advogado é fundamental para que se faça Justiça e se consagrem os direitos constitucionais do cidadão.

Mais chocante é o caso em que o Senhor Juiz de Direito não aceitou o justo impedimento de uma Advogada, penalizando-a por não estar presente na audiência, sendo que naquela hora aquela estava a dar à luz e, obviamente, jamais poderia comparecer. Como pode da insondabilidade da Natureza decorrer tão graves prejuízos na discussão de um litígio?

Mas como este exemplo está impregnado das típicas dificuldades e adversidades da opção de se ser Trabalhador Independente, olhemos então o caso do Trabalhador por contra o utrem. Aquela amiga, vivendo a centenas de quilómetros da família, quando decidir ter um filho valer-se-á de si própria, e, se pretender estender a sua licença de maternidade, nunca se verá protegida e reconhecida como o é uma mãe dos Países do Norte da Europa.

Urge encontrar soluções e implementá-las com precisão. O Governo actual, que se classifica particularmente disponível para as questões sociais, graças à Democracia conquistada no 25 de Abril e à Constituição e os seus 40 anos de existência, tem hoje as rédeas nacionais. Se as suas directivas não coincidem com as do Governo anterior, se não tem os mesmos objectivos económico-financeiros e sociais, se optou por não cumprir a Liberdade nas opções por si interrompidas, então faça valer o que vende como a sua ideologia sensível para a sociedade e o socialismo prático.

O Governo actual tem muito a reconsiderar se se presta a sugestões estéticas em suposto respeito aos ideais do 25 de Abril. Não é mudando o nome de um Cartão que desmistificará concepções sociais ou dará um passo em frente na evolução social e no alargamento de horizontes do indivíduo.

Não estou aqui a trazer à luz um capricho das mulheres. Pois as dificuldades da jovem mulher têm implicações directas na natalidade, a qual, quando associada a taxas baixas, compromete a renovação da população, e só com a renovação da população se garante o número de cidadãos activos imprescindível para o nosso sistema previdencial funcionar.

Portanto, é necessário discutir e rever as bases do funcionamento de Portugal, para que o 25 de Abril continue a ser cumprido, para que a Liberdade não se esgote.

Numa vertente mais prática e imediata, o Poder Local também deve lançar os dados e agir, reformar, mudar. Deve ostentar as realidades e chocar as Entidades nacionais, deve dentro das suas competências até mostrar como se faz, dar o exemplo para que o mesmo se projecte noutros Municípios e em todo o País.

E cabe às Instituições nacionais cumprir o 25 de Abril, cumprir a Liberdade, despir-se de preconceitos e analisar o que os outros – ainda que com diferentes entendimentos político-partidários – fazem de bom e de melhor.



Quando se discute as pedras basilares de um País, ou de um Município ou de uma Freguesia, é preciso usufruir da sua Liberdade e respeitar a dos outros, sem se privar de ouvir as opiniões diferentes ainda antes de as mesmas serem apresentadas, sem deixar de calçar os sapatos do dissidente e, numa perspectiva de fora, analisar-se e aperfeiçoar-se.

Porque isso, além dos efeitos práticos muito favoráveis, é Democracia.

Obrigada.

Madalena Nogueira dos Santos

COLIGAÇÃO SEMPRE PELA MAIA

25 de Abril de 2016



Comemorações do 25 de Abril de 1974

42.º Aniversário

*-Exmo Senhor Eng.º Bragança Fernandes, M. I. Presidente da
Câmara Municipal da Maia*

-Exmas Deputadas e Secretárias da Mesa da Assembleia Municipal

*-Exmos Senhores Líderes das Bancadas das Forças Políticas e
Independentes com assento na Assembleia Municipal*

-Exmas Senhoras e Senhores Deputados da Assembleia Municipal

*-Exmos Senhores Vice-Presidente e Vereadores da Câmara
Municipal*

*-Exmas Senhoras e Senhores Representantes das Associações
Culturais, Cívicas, Sociais e Desportivas do Concelho*



- *Exmos Representantes das Autoridades Civas e Militares*
- *Representantes dos Partidos Políticos*
- *Exmos Representantes da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Moreira – Maia e Pedrouços*
- *Exmos Diretores dos Agrupamentos das Escolas da Maia e Associações de Pais*
- *Comunicação Social*
- *Caras e Caros Maiatos*

Na conformidade que advém de há já vários anos, a Assembleia Municipal da Maia, comemora e lembra hoje um passo importante da história recente de Portugal.



Esta data, para todos os democratas com as mais diversas sensibilidades partidárias, é, e será sempre, consensual, na estrita razão que ela nos lembra a coragem e abnegação dos Militares de Abril.

Colocada esta data no nosso desígnio autárquico, a Assembleia Municipal da Maia procura, com esta comemoração, simples mas cheia de enriquecimento democrático, lembrar hoje aquilo que deve ser a lembrança dum ato de coragem e de libertação do nosso povo e o início duma etapa bem diferente para Portugal e para todos os Portugueses.

É pois importante, que passados 42 anos sobre essa data histórica, nós com esta iniciativa, através dos atos que hoje levamos a cabo, bem como a divulgação que fizemos em todas as Escolas, Associações Culturais, Desportivas e Cívicas do Concelho, possamos manter viva a chama da liberdade.



Porém, a Assembleia Municipal, bem como todos os órgãos eleitos em Portugal, tem também a liberdade de opinião, de concordar ou discordar, não só do 25 de abril mas, muitas vezes, do facto de ter sido ou não distorcido na sua fundamental e real objetividade.

É pois com esse espírito de liberdade, garantindo que todos os líderes das forças políticas representadas na Assembleia Municipal, possam expressar os seus pensamentos que, não sendo coincidentes, são o entendimento daquilo que na sua perspetiva, esta data tem de fundamental.

A mim, como um de vós, e a Mesa a que presido, compete proporcionar que na nossa Maia esta data continue viva e atual.

Há porém, na minha perspetiva, questões fundamentais que ainda não se resolveram e que se agravam cada ano que passa. Também na minha perspetiva se devem, porque não foram, nem são, ao longo



do tempo, traçadas e mantidas as questões que nos afligem, mas que prejudicam sempre os mais desfavorecidos.

Cada Governo, entende quando eleito, que tudo está mal, mudando-se políticas estruturantes que não se consolidando. Abrem caminho a gastos desnecessários, empobrecendo famílias, empresas e empregos, colocando tudo em causa.

É a ânsia de mudar por mudar, de fazer diferente dos anteriores, sem ter a preocupação de aproveitar o que os que lhes antecederam, fizeram de bem. Não será isto irresponsável?

Políticas como a habitação, a educação, a segurança social e os impostos, deveriam ser questões sagradas no preciso termo da palavra, para que num limite de tempo de 10/15 anos, todos, no nosso país, soubéssemos como organizar e enfrentar os problemas do dia-a-dia e tentar organizar o nosso futuro.



Em 1976, construímos bairros sociais, alguns que pela construção executada, seriam temporários e serviriam para resolver problemas pontuais. Consequência dos problemas sociais da mais variada índole que esses mesmos bairros acabaram por gerar, de temporários passaram a definitivos e os problemas pontuais transformaram-se em cancro da sociedade.

Também, se construíram escolas, que seriam elas temporárias, mas ainda hoje temos algumas a funcionar em pré-fabricados com consequências desastrosas para alunos e professores.

A certa altura, gastámos milhões em alguns equipamentos que se funcionassem, levavam num instante todos os recursos disponíveis, pois nem sempre se justificou o necessário, passando sim para despesismos desmedidos.

Na educação, todos os anos modificam-se atitudes, programas, alteram-se processos, formas de avaliação, que muitas vezes, não



passam de populistas. Com isto, como exemplo, vemos crianças de tenra idade com mochilas às costas que mais parecem soldados paraquedistas com o seu equipamento para missões de combate. O volume e o peso que essas crianças carregam, deveria ser, todos os dias, o peso nas consciências de quem por elas não têm respeito, por muito que afirmem que o que fazem é para seu bem.

Na Justiça gastaram-se recursos, energias e dinheiros públicos na construção de tribunais dignos de Palácios da Justiça, e dias depois assistimos ao encerramento destes e de outros, sem critérios de razoabilidade e apenas pela ânsia de fazer diferente. Em simultâneo, vemos profissionais do foro a trabalhar em locais sem qualquer dignidade e com um volume de serviço ao qual é humanamente impossível dar resposta em tempo razoável, fazendo com que os processos se prolonguem num tempo que fará com que qualquer



solução seja injusta, tal a distância entre as situações ocorridas e as decisões proferidas.

Quanto à segurança social, cada governo entende ser melhor a sua política do que era a do anterior. Resultado? Cada vez o país tem mais problemas sociais, cujas políticas não resolvem e cujos casos de miséria, muitas vezes, são causa duma indefinição permanente e concluiu-se que essas políticas, nestes 42 anos, não resolveram, antes se agravaram.

Tanto se fala de reformas do sistema de segurança social, mas será que os jovens que iniciam agora a sua carreira de trabalho, irão ter no final alguma possibilidade de ver os seus direitos garantidos?

É também importante a política dos impostos, tentando resolver os desajustamentos existentes abrangendo pessoas que só dependem do seu trabalho ou aqueles com quem todos os políticos enchem a boca à classe média. É minha convicção que o nosso país, remendando



nesta matéria ao longo dos anos, já não sabe de que cor ou qualidade era ou é o tecido inicial. É pois urgente que todos quantos afirmam ser este um assunto importante, possam, de forma justa, dumavez por todas, consolidar este importante vector da nossa sociedade para que todos os portugueses consigam encontrar equidade e para que Portugal tenha perspectiva de futuro e possa, com os recursos que dispõe, defender sempre aqueles que mais precisam.

Liberdade que recordamos, mas afirmação de responsabilidade de quem governa é o que devemos proclamar.

Abril de 1974 foi a origem e a luz que todos esperávamos. Com ajuda e sacrifício do nosso povo, podemos ter hoje um Portugal melhor, mas ainda muito distante do que foi nesse dia, a esperança.



Por mim, 40 anos ao serviço da minha Terra, em dádiva constante com os erros próprios de qualquer ser humano, penso ter contribuído para um país mais fraterno, mais solidário. Nas ações em que me envolvi, tenho a consciência absoluta de ter cumprido Abril, com os cidadãos da Maia, comigo mesmo e com o meu país.

- Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores

- Senhoras e Senhores Deputados

- Autoridades

- Caras e caros amigos

Quero neste dia agradecer em particular ao Senhor Presidente da Câmara, extensivo a toda a Vereação, primeiro a presença de V. Exa. que com ela demonstra a sua comunhão com esta comemoração, realçando as suas qualidades institucionais e pessoais



e que para esta Assembleia é motivo de registo democrático e de bom relacionamento entre estes dois órgãos do Município. Mas também deixar-lhe o nosso agradecimento pela sua colaboração através dos serviços da Câmara Municipal que colaboraram para que este ato decorresse com a dignidade que se impunha.

Às Senhoras e Senhores Deputados, que com a presença aqui quiseram dar testemunho desta efeméride, quero expressar-lhes o orgulho que sinto pela vossa responsabilidade na afirmação dum 25 de Abril que todos desejamos e que ao lembrá-lo, afirmamos com convicção, que nesta Assembleia Municipal, ontem e hoje, sempre defendemos os seus mais altos valores, que são e devem ser de patriotismo, de solidariedade entre todos, mas sobretudo que esta data nos ajude a vós, hoje, e àqueles que nos seguirão no tempo, que o que nos possa dividir na franca discussão democrática, nunca nos



faça esquecer que fomos eleitos para servir as nossas gentes e a nossa Maia.

Por último, quero deixar o nossa agradecimento aos Pequenos Cantores da Maia, através do seu maestro, Dr. Victor Dias, ao Coro Infantil da Associação “Os Fontineiros da Maia”, bem como às Direções destas duas Instituições, aos pais que sempre colaboram nestas iniciativas e também ao entusiasmo dos seus componentes.

Bem-hajam a todos pelo vosso trabalho e exemplo de cidadania.

Disse.